



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL N.º. 00002/2018

O MUNICÍPIO DE IBIARA, pessoa jurídica de direito público interno, por meio do Pregoeiro Substituto e Equipe de Apoio designado, pela Portaria Administrativa GP n.º. 01/2018 de 03 de janeiro de 2018 torna público que, na data, horário e local abaixo assinalado, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL de n.º. 00002/2018 que tem como objeto a **aquisição de gêneros alimentícios**, com critério de julgamento de **menor preço por item**, em conformidade com a solicitação de várias Secretarias e com as disposições deste Edital e respectivos Anexos.

REGÊNCIA E REGIME

Regência:	Leis n.º.s 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações.
Modalidade:	Pregão presencial.
Tipo de Licitação:	Menor Preço por Item.
Regime de Execução:	Indireta.
Critério de Julgamento:	Menor preço por item.
Repartição solicitante:	Secretaria Municipal de Administração.
Prazo de Validade da Proposta:	60 dias, contados a partir da data da abertura dos Invólucros.

Data, hora e local do Credenciamento: Até **05.02.2018 às 13:00**, na sede da Prefeitura Municipal de Ibiara, a Rua Prefeito Antonio Ramalho Diniz n.º 26 - Centro.

Data e hora da Abertura dos envelopes: **05.02.2018 às 13:00h**, na Rua Prefeito Antonio Ramalho Diniz, 26 – centro, setor de licitação da Prefeitura Municipal de Ibiara.

1. OBJETO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1. O presente pregão tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios destinados a diversas secretarias, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo municipal de Saúde, para atender o exercício de 2018 a medida de suas necessidades, conforme quantidades e especificações no anexo I do edital:

1.2. Atendendo solicitação da Secretaria de Administração, em conjunto com as demais secretarias para atender as necessidades deste município.

1.3. O objeto desta licitação será executado rigorosamente de acordo com as especificações acima e terá como órgão Gestor a Secretaria Municipal de Administração.

1.4. A Dotação Orçamentária para fazer face ao objeto desta licitação correrá a conta do Orçamento vigente, a saber:

03.000 – 04.122.1003. 2005; 06.000 – 12.306.1008.2013, 12.306.1008.2015, 12.306.1008.2016, 12.306.1008.2017, 12.361.1010.2026, 12.361.1010.2028, 12.365.1010.2030, 12.306.1008.2078, 07.001 – 10.301.1011.2031, 10.301.1011.2080; 08.001 – 08.244.1012.2049, 08.244.1012.2051, 08.244.1012.2081 - 3.3.90.30.

2. PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA

2.1. O prazo máximo para entrega dos produtos será de 48 (quarenta e oito) horas, mediante ordem de entrega pelo setor competente, sem custos adicionais, conforme a descrição da Proposta de preços da licitante, a ser entregue na secretaria solicitada deste município a partir da assinatura da "Ordem de Fornecimento" expedida pelo Prefeito Municipal.

2.1.1. Fornecer os produtos de boa qualidade de acordo com a proposta de preços, em conformidade com as exigências de órgãos fiscalizadores.

2.1.2. O licitante que não entregar os produtos no prazo fixado do item 2.1 podendo ser prorrogado o prazo por igual período, e não sendo feito a entrega dos produtos, a empresa contratada será punida mediante suspensão de participar de licitação, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme publicação no DOE.

2.1.3. Correrão por conta da Contratada todas as despesas de transporte, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes do fornecimento dos produtos.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Não poderão participar da presente licitação as interessadas que:

a) - se encontrem em processo de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação;

b) - tenham sido decretadas as suas falências;

c) - estejam cumprindo suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ibiara ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como licitantes que se apresentem constituídas na forma de empresas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição, conforme item 2.1 deste edital;

d) - empresas estrangeiras que não funcionem no país.

3.2. Poderão participar desta licitação as interessadas que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste pregão; atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos e ainda as exigências para habilitação, requeridas neste Edital.

4. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

4.1. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, Lei Complementar nº. 147, de 07/08/2014, Lei Complementar nº. 155, de 27/10/2016 e Decreto Municipal nº. 04 de 23 de março de 2009, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, conforme Item 8.2.3 deste Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição.

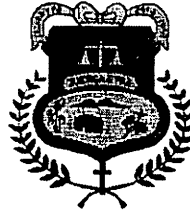
4.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

4.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 4.1.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

4.3. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.4. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

4.4.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;



ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA

4.4.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 4.4.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 4.3, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

4.4.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo estabelecido no subitem 4.3, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.4.4. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, em sessão pública, após verificação da documentação de habilitação.

4.4.5. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

4.4.6. As licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios de que trata a Lei Complementar n. 123/2006, Lei Complementar nº. 147/2014 e Lei Complementar nº. 155/2016, deverão apresentar, no ato do credenciamento para comprovação de tal condição, a Certidão Simplificada, emitida no ano de 2018 pela Junta Comercial ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada de declaração que se enquadre como ME ou EPP.

4.5. Os privilégios concedidos pela Lei Complementar n 123/2006, Lei Complementar nº. 147/2014 e Lei Complementar nº. 155/2016 serão aplicados às cooperativas, nos termos do artigo 34 da Lei nº. 11.488/07.

5. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO/ABERTURA DA LICITAÇÃO

5.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

5.1.1. Decairá do direito de solicitar esclarecimentos ou providências e de impugnar este Edital aquele que não o fizer dentro do prazo estabelecido no item 5.1.

5.1.2. Caberá o Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

5.1.3. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

5.2. ABERTURA DA LICITAÇÃO

5.2.1. A sessão para recebimento dos documentos das proponentes será pública e realizada em conformidade com a legislação citada no preâmbulo deste Edital, suas cláusulas e Anexos.

6. CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTO/ABERTURA DOS ENVELOPES

6.1. CREDENCIAMENTO

6.1.1. As licitantes deverão se apresentar para o credenciamento junto ao Pregoeiro e equipe de apoio, devidamente munidos de documentos que os credenciem a participar deste procedimento licitatório, da seguinte forma:

6.1.2. **Tratando-se de sócio, proprietário, dirigente ou administrador**, apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura. No caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhado de documentos de eleição dos administradores autenticados, munidos com:

- CNPJ emitido no ano de 2018;
- Cópia da RG e CPF;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA

- Declaração de Microempresa assinada pelo titular e pelo contador (quando for o caso);
- Declaração de Regularidade de habilitação.

6.1.3. **Tratando-se de procurador**, a procuração por instrumento público ou particular, esta com firmas reconhecidas em cartório, da qual constem poderes específicos para representar a outorgada em licitações públicas, podendo para tanto formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes a certames públicos, dentre os indicados no subitem anterior, que comprove os poderes do mandante da outorga, acompanhado de correspondente documentos com foto autenticados, munidos com:

- CNPJ emitido no ano de 2018;
- Cópia da RG e CPF;
- Declaração de Microempresa assinada pelo titular e contador da empresa (quando for o caso);
- Declaração de Regularidade de habilitação.

6.1.4. O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

6.1.5. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

6.1.6. A ausência do Credenciado ou a sua parcialidade, não impedirá a participação da licitante por ele representada. No entanto, o licitante não poderá expressar suas interposições durante toda a sessão.

6.1.7. Além dos envelopes contendo a proposta e documentação para habilitação, os interessados ou seus representantes apresentarão em mãos ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Ibiara, **DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA DE QUE A LICITANTE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUANDO FOR O CASO DECLARAÇÃO QUE SE ENQUADRA COM "ME OU EPP"**, de acordo com o inciso VII, Artigo 4º da Lei nº. 10.520/2002, conforme o modelo a seguir, no ato do Credenciamento:

DECLARAÇÃO

Referência: Pregão Presencial nº. 00002/2018.

A empresa:, (razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o nº., por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a), portador (a) da Carteira de Identidade nº., CPF nº., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso VII, do Artigo 4º da Lei nº. 10.520/2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório.

Local e data

Representante legal

Obs.: Esta Declaração deverá ser impressa em papel timbrado da licitante e entregue em mãos do Pregoeiro no ato do credenciamento.

6.1.8. As empresas que não se fizerem, representar deverão enviar a referida declaração, em envelope separado devidamente assinada pelo sócio ou procurador da empresa, observando as situações descritas abaixo:

a) - tratando-se de representante legal, o Estatuto Social, Contrato Social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o ato



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA

constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumirem obrigações em decorrência de tal investidura;

b) - tratando-se de procurador, a Procuração por Instrumento Público ou Particular, conforme item 6.1.3, acompanhada do contrato social e suas alterações com RG e CPF dos sócios, requerimento de empresário com RG e CPF do empresário, e últimas alterações, munidos com CNPJ emitido no ano de 2018, carta de credenciamento, cópia da RG e CPF, Declaração de Microempresa e Declaração de Regularidade de habilitação.

c) - declarado encerrado o credenciado pelo pregoeiro, não será possível o credenciamento de qualquer outro licitante, que por ventura, venha aparecer.

6.2. RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

Encerrada a etapa de credenciamento, proceder-se-á ao recebimento dos envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos de habilitação, em invólucros separados, indevassáveis, lacrados e rubricados no fecho, que deverão conter os seguintes dizeres em sua face externa:

ENVELOPE A

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 00002/2018.

PROPOSTA DE PREÇOS.

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE E RESPECTIVO CNPJ.

ENVELOPE B

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 00002/2018.

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE E RESPECTIVO CNPJ.

6.2.1. A PROPOSTA DE PREÇO DEVERÁ:

a) - ser elaborada em papel timbrado da empresa, e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador;

b) - indicar nome ou razão social da proponente, seu endereço completo, telefone, fax, email e endereço eletrônico, local e data.

c) - ter validade de 60 (*sessenta*) dias, contados a partir da data de entrega dos envelopes, sendo desclassificada aquela que não respeitar esse prazo ou não estiver expresso;

d) - o prazo para a entrega dos produtos deverá ser a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pelo Prefeito Municipal, conforme o *Item 2.1 e subitens*, deste edital.

e) - apresentar COTAÇÃO DOS PREÇOS, tendo como modelo o *Anexo I ("Especificações e Cotação de Preços")*, onde constarão: número do item, especificação, marca (quando for o caso), unidade, quantidade, valor unitário do item, valor total de cada item;

f) - ser cotada obrigatoriamente em Real (R\$), com até 02 (duas) casas decimais após a vírgula, com fixação do prazo de Validade da Proposta(no mínimo de 60 dias);

g) - declarar expressamente que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitação;

h) - conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

i) - declarar expressamente que aceita todas as exigências do Edital e de seus Anexos.

j) - todos os itens deverão conter a descrição do fabricante daquele produto (**marca**) na proposta de preços, não sendo mencionado a marca do produto a proposta será desclassificada, na sua totalidade ou parcial (item).

[Handwritten signature]



ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA

6.2.2. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

6.2.3. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais deste Edital e de seus Anexos, bem como as omissas e as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e que não sejam sanados

6.2.4. Consideram-se exigências essenciais àquelas que não possam ser atendidas, no ato, por simples manifestação de vontade do representante e aquelas cujo atendimento, nesse momento, possa representar risco de fraude aos princípios da licitação.

6.3. Ocorrendo discrepância entre preços unitários e parciais ou entre parciais e subtotais ou, ainda, entre estes e o total, prevalecerão sempre os primeiros, devendo o Pregoeiro proceder às correções necessárias. No caso de divergência entre os valores em algarismos e por extenso, prevalecerão os valores unitários;

6.4. Cada licitante somente poderá apresentar uma proposta comercial para esta licitação. E caso a licitante apresente mais de uma proposta, o Pregoeiro considerará todas as suas propostas desclassificadas para todos os efeitos;

6.5. O preço ofertado na proposta ou em cada lance, será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não podendo ser alterado após a sua manifestação, seja para mais ou para menos;

6.6. Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros irrisórios de soma e/ou multiplicação;

6.6.1. Falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes "Proposta" com poderes para esse fim.

6.6.2. A falta do CNPJ, e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados dentro do envelope "Documentação".

6.7. A simples apresentação da proposta implica na aceitação integral de todas as condições estabelecidas neste edital, obrigando-se a licitante ao cumprimento de todas as exigências nela contidas.

6.8 – Em erros de digitação como, valor por extenso e algarismo será considerado este. Se a proposta apresentar erros de soma/multiplicação e divergência na quantidade, serão consideradas a planilha do anexo do edital ou sanados.

7. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Após o credenciamento, as licitantes entregarão ao Pregoeiro em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

7.1.1. Iniciada a abertura do primeiro envelope "A" – "Proposta" - por consequência, não haverá a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

7.2. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

7.2.1. No tocante aos preços das propostas, serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

7.2.2. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

7.3. As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

a) - seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) inferior àquela;

b) - não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso

Handwritten signature



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA

de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.4. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

7.4.1. A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

7.5. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances determinados pelo Pregoeiro, aplicável inclusive em relação ao primeiro.

7.6. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

7.7. Serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

7.8. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

7.9. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do **menor preço por item**, decidindo motivadamente a respeito.

7.9.1. O critério de aceitabilidade dos preços ofertados será aferido a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, nos termos de pesquisa realizada pela Administração, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

7.10. Considerada aceitável a oferta de **menor preço por item**, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

7.10.1. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

a) - substituição e apresentação de documentos obtidos via Internet; ou

b) - verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

7.11.2. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

7.11.3. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

7.12. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

7.13. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de **menor preço por item**, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

7.14. Logo após a fase de lances e da negociação, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

7.14.1. A Administração declarará que ocorreu o empate descrito acima e desde já convocará a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada mais bem classificada para, no prazo de 05 (cinco) minutos após a convocação, sob pena de decadência de seu direito de referência, apresentar nova proposta inferior àquela considerada originalmente vencedora do certame;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA

7.14.2. Se, por motivo justificado, não for possível informar a ocorrência do empate logo após a fase de lances e negociação, o pregoeiro deverá informar às licitantes a data e a hora em que irá declarar a ocorrência do empate e convocar a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada para exercer seu direito de preferência nos termos do subitem anterior;

7.14.3. Exercido o direito de preferência por microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada convocada, será esta considerada detentora da melhor proposta no certame, devendo apresentar os documentos exigidos para habilitação, nos termos do presente edital, e ainda, fica obrigada a apresentar no prazo de 02 (dois) dias úteis uma nova proposta contendo demonstrativo com o valor do último lance ofertado;

7.14.4. Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada que apresentou a melhor proposta, na forma dos subitens anteriores, serão convocadas as microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas remanescentes, observada a ordem classificatória, para o exercício do direito de preferência;

7.14.5. Caso não ocorra a contratação de microempresas, empresa de pequeno porte ou equiparada nos termos dos subitens anteriores, será declarada vencedora a licitante que houver ofertado a proposta originalmente vencedora do certame.

8. HABILITAÇÃO

8.1. Após o encerramento da fase de lances verbais com o julgamento das propostas de preço na forma prescrita neste Edital, proceder-se-á à abertura do *envelope B*, para análise dos documentos de habilitação da proponente classificada.

8.2. Será considerada habilitada a proponente que apresentar os documentos relacionados nos *subitens 8.2.1 a 8.2.3*, desde que atendidos os requisitos especificados nas *OBSERVAÇÕES 1 a 8* deste item.

8.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.2.1.1. Requerimento de empresário ou Registro comercial, no caso de empresa individual; acompanhado de RG e CPF do diretor;

8.2.1.2. Ato constitutivo e alterações subseqüentes, ou **contrato social e suas alterações**, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou

8.2.1.3. Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada dos nomes e endereços dos diretores em exercício; ou 8.2.1.4. Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.2.1.4. Os documentos relacionados nos subitens "8.2.1.1" a "8.2.1.3" do item 8.2.1 não precisarão constar do "Envelope Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados no ato do Credenciamento deste Pregão, desde que sejam originais ou estejam autenticados em Cartório.

8.2.1.5. Declarações conforme abaixo:

Declaração que se encontra desimpedida de participar da licitação, obrigando-se, ainda, a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, conforme artigo 32, parágrafo 2º, Lei nº. 8.666/1993, como exemplificado no modelo abaixo:

DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

Referência: Pregão Presencial nº. 00002/2018.

A empresa:, inscrita no CNPJ sob o nº. sediada na
....., declara, sob as penas da Lei, que até a presente



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA

data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data

(Nome e assinatura do Declarante)

RG nº.....

(número da cédula de identidade do Declarante).

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE 18 ANOS

Referência: Pregão Presencial nº. 00002/2018.

A empresa:, inscrita no CNPJ sob o nº., por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor

(a), portador da Carteira de Identidade

nº. e do CPF nº., DECLARA, para

fins do disposto no inciso V do Artigo 27 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, DOU de 28/10/1999, que não emprega menor de dezoito anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. (.....).

Ibiara, de de 2018.

(Representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Obs.: Estas Declarações deverão ser impressas em papel timbrado da licitante e entregue no envelope "B" documentação, pois fazem parte dos referidos documentos de habilitação.

OBS: Não será permitido a apresentação de comprovantes de pagamento ou protocolo em substituição a qualquer certidão, sendo considerado como inabilitado, se apresentar

8.2.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.2.2.1. Certidão de falência e concordata, expedida pelo poder judiciário da sede do estado do licitante em data não superior a 30 (trinta) dias.

8.2.2.2. Alvará de localização e funcionamento, em vigência. (aos alvarás que não possuem data de renovação, deverá apresentar o comprovante de pagamento de renovação)

8.2.3. REGULARIDADE FISCAL:

8.2.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (cartão CNPJ com data de emissão no ano de 2018).

8.2.3.2. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

8.2.3.3 Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

8.2.3.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista - CNDT, expedida pela o Tribunal de Justiça do Trabalho a referida que não esteja com débitos trabalhistas;

8.2.3.5. Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da proponente,

8.2.3.6. Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal da sede do licitante;

8.2.3.7. Certidão simplificada da junta comercial, emitida no ano de 2018.

8.2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1) – O objeto constante do ato constitutivo da empresa deve ser compatível com o objeto licitado.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA

- 2) - A documentação exigida nos subitens do *item 8* deverá ser compatível com as respectivas inscrições nas esferas federal, estadual e municipal, sendo vedada, na apresentação, a mesclagem dos documentos de estabelecimentos diversos (número de inscrição no C.N.P.J., I.E. e C.C.M.) com filiais.
- 3) - A aceitação dos documentos obtidos *via "Internet"* ficará condicionada conforme o caso, à confirmação de sua validade (autenticidade) também por esse meio, pelo *Pregoeiro*.
- 4) - Os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada por tabelião de notas ou por oficiais do Registro Civil das pessoas naturais competentes, ou em publicação de órgão da imprensa na forma da lei, exceto a proposta, para a qual deve ser observado o disposto no *subitem 6.2.1*.
- 5.1) - **os documento poderá ser autenticados nas sessões da licitação, em até 24 horas da data e dia da realização do certame.**
- 5.2) - Na hipótese da apresentação de documentos originais, estes serão anexados ao processo licitatório.
- 6) - Os documentos exigidos para habilitação, consoante o estabelecido no item 8 deste Edital, não poderão, em hipótese alguma, **serem substituídos por protocolos** que configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, serem remetidos posteriormente ao prazo fixado para a abertura do certame.
- 7) - A fim de facilitar a conferência dos documentos exigidos para a Habilitação, pede-se que os mesmos sejam colocados no envelope "Documentos de Habilitação", na ordem em que foram exigidos no Item 8.

Os documentos acima mencionados serão apresentados na seqüência acima indicada, em original ou por cópia autenticada em cartório. Em sendo fotocópias não autenticadas, apresentar originais para conferência e autenticação por um membro da Comissão, quando da abertura do envelope de habilitação, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas antes do dia e hora da realização do certame. **Para os documentos que não consta a data de validade será considerada dos últimos 30 dias.**

9. ADJUDICAÇÃO

9.1. Verificando o atendimento das condições de habilitação da proponente de **menor preço (por item)** esta será declarada vencedora sendo-lhe adjudicado o objeto desta licitação.

9.1.1. Se a proponente de menor preço não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação das proponentes das ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do Edital, sendo a respectiva proponente declarada vencedora e a ela feita a adjudicação do objeto da licitação.

10. FASE RECURSAL

10.1. Declarada a vencedora, as demais proponentes presentes poderão manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, sendo concedido o prazo de **03 (três) dias** para apresentação das razões e de **igual prazo** para as contra-razões, com imediata intimação de todas as presentes e assegurada também imediata vista dos autos.

10.1.1. A petição de recurso poderá ser feita na própria sessão, mediante consignação em ata.

10.1.2. A falta de manifestação, nos termos do *subitem 10.1*, importará na decadência do direito de recurso.

10.2. Os recursos não terão efeito suspensivo.

10.2.1. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.3. Os recursos deverão ser dirigidos ao pregoeiro e protocolizados nos dias úteis, das 08h00min às 12h00min a *Rua Prefeito Antonio Ramalho Diniz, 26 - centro - Ibiara - PB*, observando o prazo previsto no Inciso XVIII do artigo 4º da Lei Federal nº. 10.520/2002.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA

10.4. Os recursos deverão ser instruídos com cópia do Contrato Social, com Mandato Procuratório, autenticados em Cartório, por tabelião de notas ou por oficiais do Registro Civil das pessoas naturais competentes, ou em publicação de órgão da imprensa na forma da Lei, para representar a empresa recorrente com a devida qualificação de seu representante legal.

11. HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

11.1. HOMOLOGAÇÃO

11.1.1. Decorridas as fases anteriores, a decisão será submetida ao prefeito municipal para homologação.

11.2. CONTRATAÇÃO

11.2.1. Por resultar em obrigações futuras, a contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura de termo de contrato, cuja respectiva minuta constitui anexo do presente ato convocatório.

11.2.1.1. Se por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante a Receita Federal do Brasil, e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.2.1.2. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.2.1.3. A adjudicatária deverá, no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, comparecer a Prefeitura Municipal para assinar o termo de contrato.

11.2.1.4. Quando a contratada, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular ou se recusar a assinar o contrato, será convocada a licitante subsequente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, com vistas à celebração da contratação, em conformidade com o artigo 4º inciso XXIII da Lei 10.520/2002.

12. RECEBIMENTO

12.1. O objeto desta licitação será recebido pela unidade requisitante consoante o disposto no artigo 73, inciso II, alínea "a", da Lei Federal nº. 8.666/1993, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº. 8.883/1994 e seguintes, e demais normas pertinentes.

12.2. Os produtos deverão ser entregues na forma descrita, na Prefeitura Municipal de Ibiara, situado na Rua Prefeito Antonio Ramalho Diniz, 26, Centro, Ibiara - PB, através da "Ordem de Fornecimento".

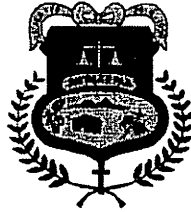
12.3. *Se a qualidade dos produtos, objeto deste licitação, entregues não corresponder às especificações do Edital e da proposta da contratada, estes serão devolvidos, aplicando-se as penalidades cabíveis.*

13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento do preço pactuado será de forma parcelada, de acordo com a entrega efetuada dos produtos, devendo a Contratada, emitir as respectivas Notas Fiscais que devidamente comprovadas e atestadas pelo Órgão Gestor do Objeto desta licitação, deverão ser pagas até o 30 (trigésimo) dia do mês seguinte.

13.1.1. Os preços contratados não poderão ser revistos.

14. DA RETIRADA DA ORDEM DE FORNECIMENTO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA

14.1. Após empenho, será convocada a vencedora da licitação para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de recebimento da notificação, retirar a "Ordem de Fornecimento", sob pena de decair o seu direito, podendo, ainda, sujeitar-se às penalidades estabelecidas no item 16 deste Edital.

15. FORNECIMENTO

15.1. O fornecimento dos produtos serão efetuados mediante expedição, da "Ordem de Fornecimento", da qual constarão a identificação da unidade requisitante, indicação expressa dos números do contrato, do pregão, do processo, a identificação da Contratada, as especificações dos itens, quantidade, data, preços unitários e totais;

15.1.1. A Ordem de Fornecimento será expedida por qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da Contratada, inclusive fac-símile e correio eletrônico.

15.2. Dentro do prazo de validade da proposta, a licitante vencedora, fica obrigada a fornecer os produtos ofertados, nas quantidades e características indicadas na proposta da licitante e na "Ordem de Fornecimento".

15.3. O município não está obrigado a adquirir todas as quantidades contidas no edital, mas sim de acordo com as suas necessidades.

15.3. A licitante que não entregar os produtos por dois pedidos consecutivos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, será rescindido o contrato automaticamente e será divulgado na imprensa oficial como empresa inidônea e terá a punição, o impedimento de participar de licitação com a administração pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

15.4 A contratada devesse entregar os produtos com a especificação da "marca" que apresentou na sua proposta, se persistindo será aplicado a pena do item anterior.

16. PENALIDADES

16.1. Pela recusa em aceitar o pedido de compras e/ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, a adjudicada se sujeitará à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta.

16.2. A penalidade prevista no subitem anterior não se aplica às empresas remanescentes, em virtude da não aceitação da primeira convocada.

16.3. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, ao não cumprimento, por parte da empresa vencedora, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes penalidades:

a) - multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, calculada sobre o valor do fornecimento realizado com atraso, até o décimo dia corrido; após o que, aplicar-se-á a multa prevista na alínea "b".

b) - multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor total da inadimplência referente ao(s) item(ns) constante da Ordem de Fornecimento, na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas.

c) - cancelamento da contratação e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município de Ibiara, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de, no mínimo, uma Ordem de Fornecimento ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Fornecimento.

16.4. As multas serão, após regular processo administrativo, podendo ser descontados dos créditos da empresa ganhadora da Licitação, ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

16.5. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente, a sua aplicação não exime a empresa vencedora da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município de Ibiara.

16.6. Constatada a inveracidade de qualquer das informações fornecidas pela licitante, esta poderá sofrer quaisquer das penalidades adiante previstas:

I - suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 05 (cinco) anos;



ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA

16.7. À proponente que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta ou lance, faltar ou fraudar na execução das obrigações assumidas para execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Ibiara pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1 – A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/02 e alterações posteriores.

17.2 – Fiscalizar e acompanhar o recebimento dos produtos, pela secretaria compatível ou setor de compras.

17.3 – Comunicar a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência com a entrega e qualidade dos produtos, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

17.04 – O município não está obrigado à adquirir toda a quantidade mencionada no anexo deste edital, e sim de acordo com suas necessidades.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1 – Decairá do direito de impugnar os termos desta licitação, aquele que aceitando-a sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que teriam viciado o processo licitatório, hipótese na qual tal interposição não terá efeito de recurso.

18.2 – A licitante será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da prestação do serviço objeto desta licitação, não podendo ser argüido, para efeito de exclusão de sua responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento no ato do recebimento dos produtos.

18.3 - Fornecer os produtos de boa qualidade, dentro das normas de controle dos órgãos competentes no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas na sede do município diretamente no setor que solicitou, sem nenhuma despesa adicional, ficando ressalvado o direito da Prefeitura Municipal requerer a qualquer momento da Contratada a realização de testes para comprovação de que não houve adulteração dos produtos.

18.4- O licitante que não entregar os produtos no prazo solicitado de até 48 (quarenta e oito) horas, quando ocorrerem 02 (dois) pedidos consecutivos e não cumpridos, será automaticamente rescindido o contrato e publicado na imprensa oficial como empresa inidônea. *Conforme item 15.3.*

18.5 – A empresa contratada se responsabilizará pelos danos causados à sociedade, caso aconteça, pelo consumo de seus produtos, respondendo civil e criminal.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Eventuais impugnações ao Edital deverão ser dirigidas o pregoeiro e protocolizadas nos dias úteis, das 08h00min às 12h00min a Rua Prefeito Antonio Ramalho Diniz, 26 - centro – Ibiara – PB e no endereço www.ibiara.pb.gov.br, observando o prazo previsto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 41 da Lei Federal nº. 8.666/1993, e suas alterações.

19.1.1. No ato de autuação da impugnação, é obrigatória do CNPJ, (por documento original ou cópia autenticada).

17.2. Informações relativas a presente licitação poderão ser obtidas conforme segue, de acordo com seu teor.

19.2.1. Questões Técnicas e Jurídicas deverão ser formuladas por escrito e dirigidas ao pregoeiro devendo ser protocolizadas nos dias úteis, das 08h00min às 12h00min na Rua Prefeito Antonio Ramalho Diniz, 26 - centro – Ibiara - PB



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA

19.2.2. Questões Diversas poderão ser obtidas junto ao Pregoeiro e Equipe de Apoio através do telefax 0XX (83) 3454-1035, no horário 08h00min às 12h00min, no seguinte endereço: Rua Prefeito Antonio Ramalho Diniz, 26 - centro – Ibiara - PB.

19.2.3. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

19.3. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente, por disposição legal, o Foro da Comarca de CONCEIÇÃO-PB, observadas as disposições do § 6º do artigo 32 da Lei Federal nº. 8.666/1993.

19.4. Fica assegurado ao Município de Ibiara o direito de no interesse da administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

19.5. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Prefeitura Municipal de Ibiara não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.6. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.7. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

19.8. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

19.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o próximo dia útil, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

19.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Ibiara.

19.11. Não será enviado Edital por meio eletrônico, o município disponibiliza na sede e horário de expediente aos interessados.

19.12. As condições de emissão de documentos de cobrança, pagamento, reajustes, garantia de execução, penalidades, obrigações, responsabilidades e outras, são as estabelecidas neste Edital e na Lei Federal nº. 8.666/1993 e suas alterações.

19.13. Constituem motivos para a rescisão às situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

20. CADERNO DE LICITAÇÃO

20.1. Fazem parte integrante do presente Edital:

20.1.1. Anexo I - Modelo de Proposta;

20.1.2. Anexo II - Credenciamento;

20.1.3. Anexo III – Minuta de Contrato;

2.3. No ato do recebimento do “Caderno de Licitação” deverá a interessada verificar seu conteúdo, não sendo admitidas reclamações posteriores sobre eventuais omissões.

Ibiara – PB, 18 de Janeiro de 2018.


JOSÉ DE ARIMATEIA RODRIGUES DE LACERDA
Pregoeiro Substituto



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA

ANEXO II
MODELO DA PROPOSTA

PREGÃO PRESENCIAL nº 00002/2018

Dados da empresa:

Razão Social _____

CNPJ (MF) nº _____

Inscrição Estadual nº _____

Endereço _____

Fone _____ Fax _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

BANCO _____ AGÊNCIA _____ C/ CORRENTE _____

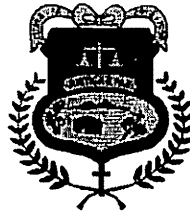
Em atendimento ao solicitado do PREGÃO PRESENCIAL Nº 00002/2018, informamos a seguir os nossos preços para aquisição de gêneros alimentícios destinados a diversas secretarias, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo de Saúde, para atender o exercício de 2018, conforme especificações do Edital.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QUANT.
1	ACHOCOLATADO 400G	UND	2.000
2	AÇÚCAR CRISTAL	KG	3.000
3	ADOÇANTE 100ml	UND	150
4	AFIAMBRADO	KG	500
5	ÁGUA MINERAL 20 LITROS	UND	3.000
6	ALHO	UND	900
7	AMEIXA 150G	UND	250
8	AMIDO DE MILHO 500G	UND	300
9	ARROZ TIPO 1 PARBORIZADO	KG	5.000
10	AZEITE DE OLIVA 200 ML	UND	100
11	AZEITONA 200G	UND	300
12	BISCOITO DOCE 400G	UND	3.500
13	BISCOITO RECHEADO 130G	UND	500
14	BISCOITO SALGADO 400G	UND	3.500
15	BISCOITO TIPO ROSQUINHA 400G	UND	1.000
16	BISCOITO WEFER 130G	UND	1.000
17	BOM BOM SORTIDO 500G	CX	100
19	CAFÉ 250G	UND	2.500
20	CALDO DE GALINHA 19G	UND	1.500
21	CANJICA DE MILHO P. MUNGUNZA 500g	UNID	200



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA

22	CARAMELO	PAC	200
23	CARNE BOVINA DE SEGUNDA	KG	800
24	CARNE DE SOJA	UNID	2.500
25	CARNE DE SOJA 400G	UND	2.000
26	CARNE DE SOL DE SEGUNDA	KG	300
27	CARNE MOÍDA	KG	1.800
28	CARNE SOL PRIMEIRA	KG	300
29	CHÁ CAIXA C/10	CX	600
30	CHARQUE 500G	UND	1.300
31	CHOCOLATE CAIXA DE 400G (SABOR DIVERSO)	CX	400
32	CHOCOLATE GRANULADO 70g	UND	300
33	COCO RALADO 50G	UNID	300
34	COLORÍFICO 100G	UND	2.000
35	CREME DE LEITE 200G	UND	300
36	DOCE POLY GOIABADA 500G	UND	200
37	ERVILHA 200G	UND	300
38	EXTRATO DE TOMATE 190G	UND	1.000
39	FARINHA DE MANDIOCA BRANCA	KG	200
40	FARINHA DE MANDIOCA AMARELA	KG	200
41	FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO	KG	300
42	FAROFA PRONTA 250G	UND	200
43	FÉCULA DE MANDIOCA	KG	500
44	FEIJÃO CARIOCA	KG	4.000
45	FIAMBRE BOVINO 320G	UND	500
46	FLOCO DE MILHO 500G	UND	4.500
47	FRANGO	KG	5.000
48	LANCHE FRANGO	KG	300
49	LEITE CONDENSADO 395G	UND	200
50	LEITE EM PÓ 200G	UND	6.000
51	LINGUIÇA	KG	300
52	LINGUIÇA MISTA	KG	300
53	MACARRÃO ESPAGUETE 500G	UND	1.500
54	MAISENA 200G	UND	250
55	MARGARINA 250g	UND	500
56	MARGARINA 3KG	UNID	200
57	MARGARINA 500g	UND	1.500
58	MILHO DE PIPOCA 500G	UND	400
59	MILHO VERDE 200G	UND	300
60	MISTURA P/ BOLO 400G	UND	300
61	MOLHO INGLÊS 150ML	UND	100



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA

62	OLÉO DE SOJA 900ML	UND	1.700
63	OVO C/15 UNIDADES	BD	1.900
64	PEITO DE FRANGO	KG	300
65	PIRULITO PACOTE C/400G	PC	300
66	POLPA DE FRUTA DIVERSOS SABORES	KG	3.000
67	QUEIJO MUSSARELA	KG	300
68	QUEIJO RALADO 50G	UNID	300
69	RAPADURA	UND	500
70	REFRIGERANTE SABOR COLA 2L	UND	500
71	REFRIGERANTE SABOR LARANJA 2L	UND	500
72	REFRIGERANTE SABOR LIMONADA 2L	UND	500
73	SAL COMUM	KG	1.000
74	SALSICHA	KG	400
75	SARDINA 125G	UND	4.500
76	TEMPERO MISTO 100G	UND	2.500
77	VINAGRE 500 ML	UND	400

Valor Global da Proposta:

Validade da proposta:

Forma de pagamento:

Cidade – UF, ____ de ____ de 2018

Carimbo e assinatura do Responsável Legal



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA

(usar papel timbrado da empresa)
ANEXO III - Modelo de Carta de Credenciamento -

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00002/2018

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Ao
Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Ibiara
Ibiara - Estado da Paraíba

Senhor Pregoeiro,

Pela presente, designamos o Sr.(a) _____
portador(a) do CPF nº _____ e RG nº _____, expedida pela SSP do
Estado de _____, para nos representar no processo licitatório relativo ao
Pregão nº 00002/2018, podendo o mesmo formular lances verbais à proposta escrita
apresentada, quando convocado, negociar preço e, ainda, rubricar documentos, renunciar o
direito de recurso e apresentar impugnação à recursos, assinar atas, recorrer de decisões
administrativas, enfim praticar todos os atos inerentes à referida licitação.

Cidade – UF, ____ de ____ de 2018

Atenciosamente,

Identificação e assinatura do outorgante



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00002/2018

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE - HABILITAÇÃO

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 00002/2018
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA

PROPONENTE:
CNPJ: nº

1.0 - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE para habilitação previsto no Art. 4º, Inciso VII, da Lei 10.520/02.

O proponente acima qualificado, declara, em conformidade com o disposto no Art. 4º, Inciso VII, da Lei 10.520/02, que está apto a cumprir plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos no respectivo instrumento convocatório que rege o certame acima indicado.

Local e data



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA

ANEXO V

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa, CNPJ nº, localizada a Rua, nº ...-
..... - ,.....-....., **DECLARA**, para os devidos fins, sob as penas da lei, que se
encontra devidamente registrada e enquadrada na Junta Comercial do Estado da
....., como sendo uma Microempresa, e que atende aos requisitos do Art. 3º da Lei
Complementar Federal nº 123/2006, Lei Complementar Federal 147/2014 e Lei
Complementar Federal nº. 155, de 27/10/2016, cumprindo aos requisitos legais
para a qualificação como ME ou EPP, estando apta a usufruir do benefício e
tratamento diferenciado previsto na lei, bem como, **DECLARA** que não se inclui em
nenhuma das situações do § 4º do artigo 3º do mesmo diploma legal, além de outros
previstos em leis e normas regulamentares que o impossibilite de usufruir do
tratamento diferenciado e favorecido ditado pelo Estado Nacional da Microempresa
e da Empresa de Pequeno Porte.

Local e data



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA

ANEXO VI - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00002/2018

MODELOS DE DECLARAÇÕES

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 00002/2018
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF - Art. 27, Inciso V, da Lei 8.666/93.

O proponente acima qualificado, sob penas da Lei e em acatamento ao disposto no Art. 7º inciso XXXIII da Constituição Federal, Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, declara não possuir em seu quadro de pessoal, funcionários menores de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho; podendo existir menores de quatorze anos na condição de aprendiz na forma da legislação vigente.

2.0 - DECLARAÇÃO de superveniência de fato impeditivo no que diz respeito a participação na licitação.

Conforme exigência contida na Lei 8.666/93, Art. 32, §2º, o proponente acima qualificado, declara não haver, até a presente data, fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, não se encontrando em concordata ou estado falimentar, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores. Ressalta, ainda, não estar sofrendo penalidade de declaração de idoneidade no âmbito da administração Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, arcando civil e criminalmente pela presente afirmação.

3.0 - DECLARAÇÃO de submeter-se a todas as cláusulas e condições do correspondente instrumento convocatório.

O proponente acima qualificado declara ter conhecimento e aceitar todas as cláusulas do respectivo instrumento convocatório e submeter-se as condições nele estipuladas.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO

Representante legal do proponente.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA

ANEXO VII

**MINUTA DE CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE GENEROS
ALIMENTICIOS Nº _____/2018.**

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GENEROS
ALIMENTICIOS QUE CELEBRAM A PREFEITURA
MUNICIPAL DE IBIARA-PB E A EMPRESA
....., NA FORMA ABAIXO :**

Pelo presente instrumento, de um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA-PB**, Estado da Paraíba, CNPJ de nº 08.943.268/0001-79, com endereço na Rua Prefeito Antonio Ramalho Diniz, 26 - centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Constitucional, o Sr. FRANCISCO NENIVALDO DE SOUSA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa, cadastrada no CNPJ de nº, com endereço, bairro, na Cidade....., Estado, vencedora do certame PREGÃO PRESENCIAL Nº 00002/2018, neste ato representado por, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente contrato de fornecimento de gêneros alimentícios, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e suas regulamentações e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios destinados a diversas secretarias, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Saúde, para atender o exercício de 2018, conforme as quantidades descritas no edital, Pregão Presencial Nº 00002/2018.

CLAUSULA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO.

O presente Contrato sujeitar-se-á as disposições da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e alterações posteriores, cujas disposições legais serão aplicadas supletivamente às cláusulas nele contidas.

CLAUSULA TERCEIRA - DA ENTREGA

O Fornecimento dos gêneros alimentícios, será a partir da data de assinatura da Ordem de Fornecimento, carimba e assinada pelas partes.

A Entrega dos gêneros alimentícios, objeto deste contrato, será feita mediante a apresentação de ordem de compra, expedida pelo setor de compras, assinada e carimbada e de acordo com as especificações do objeto e proposta de preços.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA

Os danos que por ventura forem constatados a população, motivados pelo consumo dos produtos fornecidos pela Contratada, serão por elas sanados, podendo responder pelos atos, civil e criminal, sendo aqueles provocados.

CLAUSULA QUARTA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

O valor total do presente contrato fica estimado em R\$
(.....).

SUBCLAUSULA ÚNICA: Os preços serão firmes e irrevogáveis.

CLAUSULA QUINTA-DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento relativo ao fornecimento dos gêneros alimentícios, será efetuado à Contratada até o trigésimo dia do mês subsequente ao fornecimento, mediante apresentação de nota fiscal e recibo.

CLAUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a execução do presente Contrato correrá à conta de recursos destinados na Lei Orçamentária do Município CONTRATANTE para o exercício financeiro de 2018, quais sejam: 03.000 – 04.122.1003. 2005; 06.000 – 12.306.1008.2013, 12.306.1008.2015, 12.306.1008.2016, 12.306.1008.2017, 12.361.1010.2026, 12.361.1010.2028, 12.365.1010.2030, 12.306.1008.2078, 07.001 – 10.301.1011.2031, 10.301.1011.2080; 08.001 – 08.244.1012.2049, 08.244.1012.2051, 08.244.1012.2081 - 3.3.90.30. Os recursos financeiros para ocorrer o adimplemento serão os provenientes de dotação Orçamentária vigente, para o exercício de 2018.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do presente Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida, defesa prévia, aplicar a CONTRATADA, segundo a extensão da falta praticada, as penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Pelo atraso injustificado no fornecimento, ficará a Contratada sujeita a multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da obrigação, por hora de atraso e penalidades expressas no edital.

Ocorrendo multas, estas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

Aplicadas as multas, após processo administrativo, a Administração poderá descontar do pagamento que fizer à Contratada.

A aplicação de multa fica condicionada à prévia defesa da Contratada, que deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da respectiva notificação.

A contratada, quando solicitada a entregar qualquer produto e em qualquer quantidade, que não o fizer por duas vezes consecutivas, será rescindido o contrato e declarada inidônea, por descumprimento das obrigações contratuais, será impedida de participar de licitação e contratar com a administração no prazo de até 5 (cinco) anos.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA

CLAUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

O Contrato vigorará a contar da data de sua assinatura pelas partes, e termino dia 31 (trinta e um) de Dezembro de 2018.

Ao termino previsto deste contrato, a administração poderá prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, mediante termo aditivo, em comum acordo entre as partes.

CLAUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser alterado, por meio de aditivo, convindo às partes para isso, devendo sempre observar os privilégios que gozam a administração pública.

CLAUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES

10 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/02 e alterações posteriores.

10.1 – Fiscalizar e acompanhar o recebimento dos produtos, pela secretaria compatível ou setor de compras.

10.2 – Comunicar a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência com a entrega e qualidade dos produtos, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

10.3 – O município não está obrigado à adquirir toda a quantidade mencionada no anexo deste edital, e sim de acordo com suas necessidades.

10.4 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.4.1 – Decairá do direito de impugnar os termos desta licitação, aquele que aceitando-a sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que teriam viciado o processo licitatório, hipótese na qual tal interposição não terá efeito de recurso.

10.4.2 – A licitante será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da prestação do serviço objeto desta licitação, não podendo ser argüido, para efeito de exclusão de sua responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento no ato do recebimento dos produtos.

10.4.3 - Fornecer os produtos de boa qualidade, dentro das normas de controle dos órgãos competentes no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas na sede do município diretamente no setor que solicitou, sem nenhuma despesa adicional, ficando ressalvado o direito da Prefeitura Municipal requerer a qualquer momento da Contratada a realização de testes para comprovação de que não houve adulteração dos produtos.

10.4.4 - O licitante que não entregar os produtos no prazo solicitado de até 48 (quarenta e oito) horas, quando ocorrerem 02 (dois) pedidos consecutivos e não cumpridos, será automaticamente rescindido o contrato e publicado na imprensa oficial como empresa inidônea. *Conforme item 15.3.*

10.4.5 - A empresa contratada se responsabilizará pelos danos causados à sociedade, caso aconteça, pelo consumo de seus produtos, respondendo civil e criminal.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do presente Contrato ensejará a sua rescisão com as conseqüências contratuais aqui estabelecidas, única e exclusivamente pela forma judicial ou pela forma amigável, na medida em que ficar constatada a inobservância de qualquer das cláusulas deste instrumento.

SUBCLAUSULA ÚNICA - Constituem motivos para rescisão de pleno direito do presente Contrato as situações previstas nos incisos elencados no art. 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Conceição - PB, para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, que não puderem ser resolvidas pelas vias administrativas, não obstante idoneidade e sinceridade de propósito de ambas as partes.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente Contrato, em duas vias, de igual teor e forma, cujo extrato será publicado no órgão de publicação oficial do Município, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo mencionadas.

Ibiara - PB, de de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA
FRANCISCO NENIVALDO DE SOUSA
Prefeito Constitucional
Contratante

Contratada

TESTEMUNHAS:

1- _____

2- _____

Devidamente examinado e aprovado nos termos do Art. 38, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.